A especificidade dos países do Sul

Diogo Vasconcelos e Jacinto Rodrigues

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/605>
DOI: 10.4000/ras.605
ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2011
Paginação: 191-199
ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Diogo Vasconcelos e Jacinto Rodrigues, « A especificidade dos países do Sul », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 13 dezembro 2013, consultado no dia 03 maio 2019.
URL : <http://journals.openedition.org/ras/605> ; DOI : 10.4000/ras.605

A especificidade dos países do Sul

Diogo Vasconcelos entrevista Jacinto Rodrigues

Fonte: *NU Sul*, nº 36

Data: Março de 2011

Jacinto Rodrigues nasceu em Luanda, no dia 28 de Outubro de 1939. É Professor Catedrático na Universidade do Porto (Portugal), com licenciatura em Filosofia, mestrado em Urbanismo e doutoramento em História de Arte. É investigador no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Autor de dezenas de livros e artigos de cariz científico, podendo citar-se como exemplos os livros Sociedade e Território. Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado (Porto, 2006), A Conspiração Solar do Padre Himalaya (Porto, 1999), Arte, Natureza e Cidade (Porto, 1993), Ecodesenvolvimento, Arte, Urbanismo e Arquitectura (Vila Nova de Cerveira, 1993).

Diogo Vasconcelos (D.V.) — **Sabemos que nasceu em Luanda e sempre teve contacto com países como Angola, Cabo Verde, Marrocos, Brasil... Este interesse por uma realidade mais a Sul foi despoletado por alguma afectividade, por razões académicas ou por uma consciência moral?**

Jacinto Rodrigues — Acho que foi um pouco de tudo. Primeiro, as minhas raízes. Nasci em Luanda e aí fiz a escola e o liceu. Fui sempre defensor da emancipação dos povos colonizados e foi por isso que fui parar ao exílio. Estive quase treze anos no exílio em França, Alemanha, Itália, etc. Vivi mais tempo em França onde fiz estudos de sociologia e urbanismo e fui professor na Universidade em Amiens e na Escola superior de Arquitectura, em Rennes. Assim, as minhas raízes e o contexto político em que fui crescendo, levaram-me à luta anti-colonial e anti-fascista, que me marcou profundamente.

Todo este mundo do “Sul”, que tem uma força telúrica imensa, foi vivido por mim. Também um imperativo moral impôs-se à minha consciência pois sempre vivi a realidade histórica do “Sul” que era a parte abandonada, colonizada e presa dos interesses do “Norte” ocidental capitalista.

Este “Sul” incendiou-me a alma desde a infância até à adolescência. Depois, fui para Portugal, para a Universidade de Coimbra. Entretanto o meu primo, o poeta angolano António Jacinto, preso no Tarrafal durante catorze anos, marcou a minha formação política. Fui preso aqui em Portugal, quando andava na universidade, por ter participado em várias lutas académicas e sociais.

Vou assumir este desafio que me foi proposto de defesa do “Sul”. Porém, tenho que fazer uma referência epistemológica a esta postura.

“Norte” e “Sul” não existem como identidades separadas. A alteridade antagónica imposta por estes dois termos não pode ser entendida duma forma redutora. A afirmação acintosa do “Norte” — países civilizados — gera uma discriminação pela positiva valorizando o “Sul” — povos dominados — num processo de libertação.

Estes dois paradigmas “Norte” e “Sul” têm que ser utilizados duma maneira transparadigmática para se poder perceber a génese discriminativa subjacente a esta polaridade. É importante sublinhar que esta polaridade é mutável e que existe uma contínua metamorfose entre estas duas forças tendenciais que se plasmam no território.

A partir do séc. XVI, a história é uma história do capitalismo, da colonização e da mundialização neo-liberal. E nessa mundialização nós assistimos a um sistema matricialmente ocidental e nórdico cuja força predadora se abate sobre o “Sul”.

Portugal, na bacia mediterrânica, tinha uma condição geopolítica especial pois estava na charneira do mundo “sul da Europa” com a África. Era simultaneamente um país vítima do capitalismo industrial a norte, levando à emigração em massa para o exterior e um país que esmagava e trucidava, através da guerra colonial, os povos que colonizava em África, muitas vezes ao serviço de potências estrangeiras.

É preciso, hoje, ter uma dimensão geopolítica clara do que se está a viver. O capitalismo gerou uma situação de profunda injustiça. Por um lado existe uma grande maioria da população que é explorada e por outro lado, uma minoria exploradora bem estruturada e que detém a grande maioria dos benefícios: 20% da população detém 80% dos bens naturais e 80% da população utiliza só 20% dos bens naturais. Esta estatística tem vindo a agravar-se pois, nos últimos cinco anos, o fosso entre a miséria do “Sul” e a acumulação de riqueza no “Norte” tem vindo a verificar-se.

De facto, o processo de dominação expressa-se territorialmente através de zonas que, mais ou menos, reflectem no hemisfério sul uma maior miséria e um menor progresso tecnológico. No entanto, isto não quer dizer que os países do hemisfério norte sejam dotados duma cultura ou civilização superior. Esta concepção sociológica da superioridade do “Norte” em relação ao “Sul” resulta dum ponto de vista dominante que prevaleceu no processo colonial.

No entanto, não é por se ser do Norte que se é explorador nem por se ser do Sul que se é explorado. A geografia não é o factor único e determinante. O que se passa tem a ver com processos civilizacionais, que são complexos e se processam em metamorfoses não redutíveis. As civilizações do “Sul”, inicialmente, eram as mais florescentes mas, a partir da escravatura, inicia-se uma acumulação do capital a

“Norte”, que introduziu uma exploração contínua a “Sul”, vindo a agravar o desenvolvimento desigual do capitalismo nestes dois pólos.

No entanto esta nomenclatura “Norte” e “Sul” não é uma fatalidade histórica e as mudanças estão já em marcha, reorganizando novas morfologias, complexas e diferenciadas.

Vou, por isso, tomar mais em consideração o problema de África por conhecer melhor essa realidade de mas também por ser mais evidente aí o resultado da dominação histórica da escravatura.

Também utilizarei a noção de “Sul” de forma simbólica e no seu sentido mais lato, na defesa duma discriminação pela positiva face àquilo que o “Norte” encerra, do ponto de vista histórico, neste processo colonial.

Existem também problemas graves de carácter ecológico que dão uma especificidade a África. Há pouco tempo estive no deserto do Namibe a participar num Seminário organizado pelo Centro de Estudos do Deserto (CE.DO) e tomei conhecimento duma nova realidade que está a surgir no sul de Angola: os refugiados climáticos. Vêm da África do Sul e do Namibe e avançam sobre o território angolano em busca de água. Estes refugiados que sofrem o problema das mudanças climáticas, fogem para zonas onde as populações também têm falta de água e onde a miséria é visível. Assim, assistimos a um problema que pode gerar conflitos antagónicos. Aquilo a que chamamos conflito étnico é, muitas vezes, um conflito resultante desse desequilíbrio ecológico. A questão não é local, é ecológica e global porque muitas dessas mudanças climáticas são o resultado de um esgotamento e da contaminação exercida pela tecnosfera.

Este aspecto da tecnosfera esgotante e contaminante pode, hoje em dia, ser resolvido de forma eficaz e ecológica, através do desenvolvimento ecologicamente sustentável. As energias devem ser renováveis, os materiais devem ser recicláveis e a dicotomia exploradores/explorados tem de ser substituída pela cooperação social dos povos.

Como é que se pode fazer uma arquitectura ou uma cidade que não contribua para o esgotamento do planeta? A resposta é sistémica e exige uma nova visão política do modelo de desenvolvimento. Vivemos na base dum modelo esgotado. Esse modelo pode ser considerado o modelo do “Norte”, pois foi este o caminho que o ocidente seguiu e exportou.

É necessário rever a noção de tecnociência e fazer opções por uma ecotécnica. É necessário abandonar a noção de tecnosfera, que ideologicamente se impôs à nossa sociedade na base do petróleo e das energias fósseis e substituí-la pela noção de ecosfera, baseada nas energias alternativas e renováveis e nos materiais recicláveis.

O formalismo entrou no ensino da arquitectura e dificultou a entrada da problemática ecológica. O pensamento tecnocrático gerou um antagonismo entre “boa” arquitectura e ecologia. Consideraram que os materiais pobres e naturais não podiam dar beleza aos edifícios e às cidades, forjando a ilusão de que a arquitectura é sofisticação e oposição à natureza!

Ora, é necessário que os grandes arquitectos se coloquem agora ao serviço duma causa pela natureza e que se afastem das imposições do mundo financeiro.

O mundo da ecologia tem que gerar novos materiais recicláveis, novas tecnologias apropriáveis para que uma ecoconstrução possa impor-se cada vez mais, como resposta à necessidade de habitação.

Esta força da ecologia é que pode identificar-se mais com a força da natureza do “Sul”, menos esgotada por uma tecnosfera que foi dominante até hoje.

Contudo, este “Sul”, que viveu assente essencialmente nos seus recursos endógenos é insuficiente para encontrar uma solução verdadeiramente transparadigmática ao serviço da sociedade. A ecotecnosfera do futuro terá de ter a contribuição do processo das instituições múltiplas do conhecimento científico e da sabedoria dos povos que, conjuntamente, poderão criar a ecosofia do futuro.

D.V. — Um dos objectivos deste número seria o de esclarecer alguns dos pré-conceitos formados à volta daquilo que, no senso comum, se denomina Sul. O que é o sul para si?

Jacinto Rodrigues — Para mim, em termos poéticos, o “Sul” é a força do fogo.

O “Norte” seria o elemento frio, o contrário de fogo. Este elemento do fogo, do ponto de vista alquímico, é uma questão essencial da humanidade. Há cada vez menos criatividade e entusiasmo no “Norte”, sempre tomado no sentido simbólico. Há cada vez mais uma reprodução mecânica da tecnosfera industrial. Têm surgido cada vez mais projectos artificiais com impacto negativo na biosfera. As formas mediáticas e os instrumentos tecnocientíficos são esgotantes e frios.

O “Sul”, simbolicamente a força do fogo, tem a ver com o entusiasmo, com a inspiração e com a capacidade de inovar. Do “Sul” vem a força de dentro, a força endógena que é diferente da exógena, que vem de fora.

Dar lugar ao “Sul” é dar lugar à simplicidade, à criatividade e a essa civilização do Ser. Em Portugal também temos um “Sul” e um “Norte”. Eu quero falar, mais uma vez, do ponto de vista simbólico ou do ponto de vista poético, porque este “Sul” existe em todos os sítios, até nos países mais gelados. Este “Sul” não é estritamente espacial, é um “Sul” simbólico, repito. Sob o ponto de vista geopolítico o “Sul” simbólico coincide maioritariamente com o sul geográfico.

Assim, o “Norte” está a morrer com o excesso de tecnologia fóssil, uma supremacia do “Ter”, que é a pobreza e a secura do “Ser”. Onde encontrei maior alegria e actividade participativa na construção solidária foi nos países do Sul, numa experiência em Marrocos, em terras do deserto, com Pierre Rabhi. As pessoas fazem as colheitas em comum e têm uma distribuição solidária dos bens. Estas experiências são cada vez mais incompatíveis com o egoísmo crescente das sociedades do norte.

Os ghettos não existem apenas nas favelas mas também existem nos condomínios privados das cidades ricas. No Brasil, vêem-se as favelas cercando São Paulo e Rio de Janeiro dos ricos e os carcereiros vivem também como presos na sua própria prisão. Estive num centro do interior do Brasil, que se chama TIBÁ e que é constituído por gente ligada à arquitectura no senso lato. Aí se faz uma formação de arquitectos de pé descalço para responder com meios simples às questões da urbanização participativa para um desenvolvimento ecologicamente sustentado.

A cidade como a casa, tal como foram concebidas no séc. XX, nomeadamente por Corbusier, casa-máquina e cidade mega-máquina, revelavam, politicamente, um centro privilegiado bombeando energia e riqueza da periferia para o centro.

Na sociedade futura, tem que se eliminar estes dois pólos antagónicos “Norte-Sul”, resultantes da exploração da humanidade. Para isso temos que abandonar a supremacia da máquina, que era uma noção típica do mecanicismo proveniente do séc. XIX e dar lugar à noção de ecossistema. Hoje temos que conceber a cidade e a casa como um ecossistema. É necessário que o metabolismo circular dos ecossistemas consolide a nova organização territorial.

Os detritos na nossa sociedade são lixo e não pode haver nenhuma solução para a biosfera enquanto não conseguirmos transformá-los em nutrientes. Os nutrientes são os lixo de amanhã. É preciso ter uma natureza capaz de reciclar aquilo que são os nossos detritos que afinal são nutrientes para outros seres vivos do nosso ecossistema. A cidade de hoje tem de ser um ecossistema e uma casa é parte desse ecossistema.

Se nós não pensarmos desta maneira, se continuarmos a pensar em termos de casa-máquina, cidade mega-máquina, não temos saída porque o lixo, a contaminação e o esgotamento não permitem a continuidade da humanidade.

Também a casa tem de ser pensada desde a origem até ao fim. É por isso que as questões da eco-construção têm que ser vistas na sua dimensão global. A casa tem que ser vista como um ecossistema que tem uma duração específica e que têm de ser construídas com materiais recicláveis que possam ser reutilizados em novas construções.

D. V. — Há bocado falou do entusiasmo. Que outro elo comum encontra nos territórios a Sul?

Jacinto Rodrigues — As sociedades do norte estão sem crianças. São sociedades cada vez mais envelhecidas. Se nós estudarmos a demografia portuguesa, vemos que o país se está a tornar muito velho. No entanto, a criança no “Sul” está muito presente. E o que é a criança simbolicamente? É aquilo que é futuro, que não contém passado. Está posta diante do devir como experiência aberta. Tem um olhar novo. Porém, no “Norte”, os olhares são envelhecidos, são passadistas. E hoje é necessário dar lugar a um olhar novo, a um olhar como se fosse pela primeira vez. O mundo está “grávido” de criatividade mas, a “Norte”, parece que não somos capazes de inventar. A “Norte”, duma forma geral, desejamos estar defendidos, guardados, porque temos medo de tudo o que é novo. Por isso, comportamo-nos como máquinas de reprodução e as máquinas não inventam nada, não são capazes de ter iniciativa. A mente parece formatada. O mundo informacional é o mundo do mecanicismo. O uso dos computadores tem no entanto a vantagem de democratizar a informação. Porém, mais importante que a informação é o discernimento sobre a bolimia informativa. No “Norte” desabituaamo-nos cada vez mais da nossa relação com a natureza. Já não nos atrevemos a enfrentar o vento e a chuva. Vivemos em cápsulas cercados de instrumentos domóticos onde a paralisia se generaliza. O carro é uma cápsula, a casa é uma cápsula. Deixamos que alguém faça por nós a nossa vida.

A computação que entrou na arquitectura e no urbanismo terá que ser repensada. Hoje as escolas têm muito a ver com as fábricas e as cidades são aviários. Os percursos que fazemos são engrenagens. A nossa sociedade é uma regulação contrária à invenção, à inspiração e à imaginação.

Em Marrocos fartava-me de ver como as crianças inventavam os seus brinquedos, transformando garrafas de plástico em carros e dum bocado de madeira e metal nasciam bonecos fantásticos.

D.V. — Interessa-nos também a noção sociocultural de conforto. Em que sentido é que esta acepção difere da do Norte?

Jacinto Rodrigues — O conforto é discutível, não existe abstractamente. Nós dizemos, por exemplo, que o conforto, em termos térmicos corresponde a 24 graus Celsius. Porém, isto depende. Depende das condições de saúde da pessoa, de hábitos, de andarmos enfarpelados ou não, etc. O conforto térmico é como o “modulor” do Corbusier: um conjunto de medidas a partir do polícia tipo inglês, sem se levar em consideração a singularidade das pessoas. Porém, essas medidas do polícia impunham medidas para os degraus, portas, janelas, tectos, telhados, etc. Mas, a verdade é que este polícia-tipo não existe. É sempre um artifício.

O que acho fundamental é que se procure um conforto através duma forma natural, biónica ou biomimetista. A Biónica ou o Biomimetismo está quase sempre ausente do ensino da arquitectura. Porém, o arquitecto Mick Pearce, na esteira das investigações de Janine Benius, constrói tendo em conta o modelo das térmitas que controlam a ventilação das suas galerias à medida das suas necessidades térmicas.

Conforto não é entrar em casa e não fazer nada. Conforto é a capacidade para criar boas condições, isto é, condições que vão de encontro às nossas necessidades. É eu poder abrir mais a minha chaminé ou o meu *poço canadiano* para poder ter mais ar fresco no Verão ou abrir o meu poço provençal para poder ter mais calor no Inverno. Aqui na Europa, se escavarmos dois metros e meio no solo, temos uma temperatura mais ou menos constante entre os 12º e os 14º. Se se colocar uma serpentina a dois metros e meio, obtém-se ar ou água sempre a 12º e com esses 12º já temos parte da climatização de um edifício. Porque no Inverno, quando estiverem 0º lá fora, abrimos a água ou o ar da serpentina e já temos 12º de imediato. Só precisamos de metade da energia para chegar aos cerca de 24º de conforto.

Poupa-se assim muita energia e se colocarmos um painel solar, podemos bioclimatizar a casa só com esses recursos. Tenho que gerir a minha própria casa. Só nesta sociedade de consumismo e passividade é que nós pensamos que a comodidade é não fazer nada.

Nós falamos dos toxicodependentes mas há uma doença bem mais problemática no mundo que é a “normose”. A “normose” é a doença dos normais. Há a psicose, há a nevrose e há a “normose”. A normose é achar que estar bem é estar dentro de uma caixa, não fazer nada.

O importante na vida é poder fazer.

D.V. — O que estivemos a falar tem a ver com um conforto ambiental...

Jacinto Rodrigues — Mas também conforto mental. Não fazer nada é a pior doença que há. É essa tal “normose”. Nós queremos a normalidade a todo o custo, queremos estar parados. Isso é o fim da vida....

D. V. — Mas, se calhar, de um ponto de vista cultural, nas sociedades ditas ocidentais, nós somos empiricamente levados a dizer que o conforto está associado a um certo luxo...

Jacinto Rodrigues — Não... o dito “conforto” está ligado com a falta de aventura. O homem ocidental já não tem aventura, já não deseja enfrentar qualquer risco. Ora, o risco é a vida. Se tu não enfrentas o risco, se não és capaz de dormir no deserto, mesmo que te digam que há escorpiões, então não consegues enfrentar a vida, o risco. . . a aventura. O “normótico” pensa que está seguro e vive num risco bem pior. Vendo bem vivemos numa sociedade de risco mas não o sabemos. . .

D. V. — A determinada altura, lemos num texto seu que “é dramático constatar que a África embora seja o continente menos responsável por este modelo de civilização é hoje a região mais vulnerável do planeta.” E que “os efeitos na mudança climática juntamente com os efeitos negativos dos processos agro industriais e urbanos e os saque dos bens naturais são hoje cada vez mais visíveis.”

Até que ponto é que a chamada sociedade dominante é responsável pelo actual estado das coisas?

Jacinto Rodrigues — É totalmente responsável porque primeiro houve uma grande hemorragia social que foi a escravatura. A escravatura provocou o êxodo de milhões e milhões de pessoas, evidentemente com a convivência de autoridades tribais. Mas de uma maneira geral, foi essa hemorragia terrível, de milhões de pessoas, que fez com que África não se desenvolvesse entre o séc. XVI e o século XX, que foi até quando a escravatura objectiva aconteceu, apesar de alguns países declararem por escrito o fim por volta de 1860-70.

Essa hemorragia social que levou ao atraso no desenvolvimento de África, correspondeu de facto a uma mão-de-obra suplementar para a Europa, para a América e para vários sítios e contribuiu para o crescimento dos povos europeus e americanos. Portanto é através de uma grande injustiça mundial, o processo da escravatura, uma forma cumulativa do capitalismo, que o desenvolvimento dos países que colonizaram os povos africanos se fez.

Assim, o grande desequilíbrio social e cultural deve-se a este fenómeno. Devido a essa fragilidade institucional e civilizacional, os povos que foram sujeitos à escravatura não têm respostas técnicas para muitos dos desequilíbrios que se estão a passar em África. Ainda hoje, a desflorestação da Amazónia resulta da ganância e do saque das matérias-primas bombeadas em direcção ao “Norte”.

D. V. — Em que sentido é que a construção urbana, baseada num modelo de planeamento e desenvolvimento sustentável, pode interagir e potenciar o desenvolvimento social que lhe é inerente?

N. Ngomane — É preciso uma reflexão epistemológica sobre o conceito de sustentabilidade. Há uma diferença entre o conceito global de desenvolvimento ecologicamente sustentado e sustentabilidade.

Hoje, na política, não há ninguém que não empregue a palavra sustentabilidade. Faz parte do vocabulário parlamentar. Só que este conceito é empregue numa forma redutora explicitando apenas funcionalidades operativas na gestão ou nas contabilidades. Assim, a sustentabilidade refere-se a um equilíbrio entre o deve e o haver. É apenas uma receita financeira. Mas o conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentado é mais amplo e tem por base a biosfera. A verdadeira economia é assim a ecologia.

Quando se propõe o desenvolvimento ecologicamente sustentado exige-se que o desenvolvimento social não se incompatibilize com os bens limitados da biosfera e que não ponha em causa as gerações do futuro.

Assim, se não existirem possibilidades de renovar, reciclar e integrar sistemicamente a actividade humana no sistema produtivo, não se pode construir uma ecotécnica compatível com o desenvolvimento ecologicamente sustentado.

O filósofo economista americano, de origem romena e que já morreu, Nicholas Georgescu-Roegen, escreveu um livro célebre sobre bioeconomia alertando para a ideia de que a economia não pode tornar-se numa técnica operativa de contabilidade ficando fora do pressuposto biosférico onde a humanidade se insere.

Nós temos que perceber que podemos ter árvores na cidade, árvores grandes, podemos ter bosques na cidade, casas ligadas a jardins públicos, espaços de quintas no centro das cidades, etc. Basileia é uma cidade interessante porque tem hortas e jardins dentro da cidade, onde as pessoas vão buscar legumes. O nosso amigo professor Ribeiro Telles tem falado muito nisso.

Em Portugal há hortas urbanas em muitas cidades. No entanto, tem de haver uma estratégia concertada para que o próprio planeamento urbano, institucionalmente promova e defenda essas iniciativas de cidadãos.

O desemprego podia encontrar aí soluções. Por exemplo: nós temos uma floresta que não é floresta. Substituímos a floresta tradicional pela chamada floresta industrial, que aliás nem é floresta é uma monocultura de eucaliptos e pinheiros. Já vimos as consequências dessa realidade com os incêndios e com o esgotamento dos solos. É urgente fazer-se em Portugal uma deseucaliptação progressiva substituindo esta monocultura industrial por uma floresta viva e diversificada.

O crescimento económico capitalista com o seu modelo urbano-industrial foi destruindo a agricultura. A cidade veio impor-se contra a floresta. E quando a floresta começa a ser destruída resiste apenas o “saltus”, isto é a zona em que as árvores vão dando lugar a pastos que depois se transformam naquilo que se chama o “ager”, zona cultivada pelo homem e que progressivamente se vai transformar na agro-indústria. O “ager” deixa de ter vida orgânica e os ecossistemas são destruídos.

O aumento da litoralização da população urbana em Portugal constitui uma assimetria perigosa para a autonomização do território nacional. Por outro lado, a importação descomunal de produtos agro-alimentares com a consequente dependência dos monopólios estrangeiros e o abandono da

agricultura, provocaram uma perda de autonomia ou seja da sobrevivência nacional, numa situação de grave crise na conjuntura mundial.

D. V. — Hoje em dia, face à conjuntura sócio-económica, o arquitecto ocidental vê-se atraído por estes territórios em exponencial crescimento. Qual o valor da arquitectura e qual o papel do arquitecto na cidade informal?

Jacinto Rodrigues — Eu acho que é uma pergunta muito interessante, mas tem que ser vista com humildade. Ou aceitamos que o nosso modelo civilizacional está esgotado e mudamos de paradigma ou vamos a reboque de interesses financeiros que querem soluções de continuidade e isso será a manutenção e reprodução deste modelo neo-colonial.

Assim, a mudança de paradigma é a vontade de servir o interesse das populações locais e encontrar, nos valores endógenos, elementos que possam constituir alternativa a este modelo ocidentalocrático que está esgotado.

D. V. — Mas acha que a arquitectura enquanto disciplina tem um papel a desenrolar dentro desta cidade que é quase espontânea?

Jacinto Rodrigues — Sim, podemos aprender muito com a cidade espontânea: o “jango” é um espaço, nos aglomerados tradicionais em Angola, onde as pessoas se encontram. É o pátio onde a vivência na sanzala proporciona laços de convívio. A casa do africano não é como a casa do ocidental. Ela prolonga-se no território exterior. A vida do africano tem muito a ver com a relação com os outros com os quais se cruza no “jango”.

Aí se manifesta a solidariedade, a amizade, alegria e a espontaneidade.

Lembro-me que nos anos sessenta um arquitecto muito célebre, Christofer Alexander, foi convidado para ir ao Peru reconverter os bairros da lata e construir bairros ditos sociais, como aqueles que se fizeram no pós-guerra e eram moda nos manuais de arquitectura e urbanismo.

Ele chegou à conclusão de que um plano ortogonal e tecno-funcionalista seria muito pior do que a estrutura orgânica dos bairros populares construídos pelas populações e por isso, recusou a encomenda e sugeriu o diálogo com as populações de modo a que, com a participação cívica e as preocupações ecológicas, se encontrassem soluções participadas fora dos interesses especulativos que dominam a problemática dos solos urbanos.